



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 55/XIV/2.<sup>a</sup> SL

Aos 13 dias do mês de janeiro de 2021, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 10 do Palácio de São Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**1. Apreciação e votação do parecer conjunto sobre o Projeto de Lei n.º 545/XIV/2.<sup>a</sup> (PCP) - «Melhora as condições de acesso das pessoas com deficiência à Prestação Social para Inclusão», e o Projeto de Lei n.º 571/XIV/2.<sup>a</sup> (BE) - «Alarga a proteção conferida pela prestação social para a inclusão (4.<sup>a</sup> alteração ao Decreto-Lei n.º 126-a/2017, de 6 de outubro)»;**

**Deputada autora do parecer: Marta Freitas (PS);**

**2. Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 414/XIV/1.<sup>a</sup> (BE) - «Densifica o regime jurídico aplicável à transmissão de empresa ou estabelecimento clarificando a sua aplicação nas situações de fornecimento de serviços de vigilância, alimentação ou limpeza (16.<sup>a</sup> alteração do Código do Trabalho)», do Projeto de Lei n.º 448/XIV/1.<sup>a</sup> (PS) - «Introduz uma norma interpretativa do artigo 285.º do Código do Trabalho, tornando obrigatória a sua aplicação à adjudicação, por concurso público, de prestações de serviços públicos» e do Projeto de Lei n.º 503/XIV/1.<sup>a</sup> (PCP) - «Defende e reforça os direitos dos trabalhadores em caso de transmissão de empresa ou estabelecimento, no setor privado ou no setor público, por adjudicação de fornecimento de serviços que se concretize por concurso público, ajuste direto ou qualquer outro meio previsto»;**

**3. Outros assuntos.**

---

O Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), Deputado Pedro Roque, deu início aos trabalhos, cumprimentando as Senhoras e os Senhores Deputados presentes na sala e os que participavam na reunião por via eletrónica, e entrando-se de imediato na apreciação da Ordem do Dia:

**1. Apreciação e votação do parecer conjunto sobre o Projeto de Lei n.º 545/XIV/2.<sup>a</sup> (PCP) - «Melhora as condições de acesso das pessoas com deficiência à Prestação Social para Inclusão», e o Projeto de Lei n.º 571/XIV/2.<sup>a</sup> (BE) - «Alarga a proteção conferida pela prestação social para a inclusão (4.<sup>a</sup> alteração ao Decreto-Lei n.º 126-a/2017, de 6 de outubro)»;**

**Deputada autora do parecer: Marta Freitas (PS);**

Depois de explicar o alargamento do âmbito do parecer aos Projetos de Lei n.º 623/XIV/2.<sup>a</sup> (CDS-PP) – «Melhoria das condições para acesso à Prestação Social para a Inclusão e aumento do valor de acumulação da Componente Base com rendimentos de trabalho (4.<sup>a</sup> alteração ao Decreto-lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro)» e 629/XIV/2.<sup>a</sup> (PAN) - «Majoração da componente base da prestação social para a



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 55/XIV/2.<sup>a</sup> SL

inclusão», a Senhora Deputada relatora procedeu à apresentação do parecer, mencionando o objeto, motivação e conteúdo das quatro iniciativas e o seu enquadramento legal e antecedentes, concluindo pelo cumprimento de todos os requisitos formais de tramitação e dando nota do agendamento da discussão na generalidade para a sessão plenária do dia seguinte, quinta-feira, 14 de janeiro.

Depois de o Senhor Presidente e a Senhora Deputada Helga Correia (PSD) terem saudado o trabalho realizado, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar (GP) do PCP.

Neste momento, o Senhor Presidente aproveitou o ensejo para comunicar que haviam igualmente baixado à Comissão, para além das duas supracitadas, as seguintes iniciativas: os Projetos de Lei n.º 622/XIV/2.<sup>a</sup> (CDS-PP) - «Cria a licença parental pré-natal e o subsídio parental pré-natal, procedendo à 18.<sup>a</sup> alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, à 5.<sup>a</sup> alteração ao Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de abril e à 7.<sup>a</sup> alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril» e 628/XIV/2.<sup>a</sup> (PAN) - «Promoção da equidade no subsídio parental», distribuídos à Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP), a quem já incumbia relatar o P.J.L. n.º 472/XIV/2.<sup>a</sup> (BE), sobre o mesmo tema, estando a discussão conjunta na generalidade agendada para quinta-feira, 28 de janeiro; e o Projeto de Lei n.º 635/XIV/2.<sup>a</sup> (CDS-PP) - «Apoio aos sócios-gerentes e trabalhadores independentes», que por indicação do GP do PSD foi atribuído à Senhora Deputada Ofélia Ramos (PSD).

O Senhor Presidente deu também conhecimento que havia baixado em conexão à Comissão o Projeto de Lei n.º 637/XIV/2.<sup>a</sup> (PS) - «Criação de uma Comissão para a eventual integração da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS) no regime geral da Segurança Social», cabendo a competência primacial à 1.<sup>a</sup> Comissão.

Por fim, o Senhor Presidente anunciou ainda a baixa à Comissão dos Projetos de Resolução n.º 841/XIV/2.<sup>a</sup> (PS) - «Recomenda ao Governo que acione a Rede Social de forma a proceder à identificação das estruturas residenciais não licenciadas, para que os seus utentes e colaboradores possam ser enquadrados no processo de vacinação contra a COVID-19» e 844/XIV/2.<sup>a</sup> (PSD) - «Recomenda ao Governo que



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 55/XIV/2.ª SL

apresente, com carácter de urgência, o estudo relativo à definição das condições de acesso à reforma antecipada para as pessoas com deficiência».

**2. Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 414/XIV/1.ª (BE) - «Densifica o regime jurídico aplicável à transmissão de empresa ou estabelecimento clarificando a sua aplicação nas situações de fornecimento de serviços de vigilância, alimentação ou limpeza (16.ª alteração do Código do Trabalho)», do Projeto de Lei n.º 448/XIV/1.ª (PS) - «Introduz uma norma interpretativa do artigo 285.º do Código do Trabalho, tornando obrigatória a sua aplicação à adjudicação, por concurso público, de prestações de serviços públicos» e do Projeto de Lei n.º 503/XIV/1.ª (PCP) - «Defende e reforça os direitos dos trabalhadores em caso de transmissão de empresa ou estabelecimento, no setor privado ou no setor público, por adjudicação de fornecimento de serviços que se concretize por concurso público, ajuste direto ou qualquer outro meio previsto»;**

O Senhor Presidente transmitiu que este ponto fora consensualmente adiado para a reunião da semana seguinte da Comissão.

### **3. Outros assuntos.**

l) O Senhor Presidente começou o derradeiro ponto da reunião por dar conta da realização de uma Conferência de Líderes (CL) extraordinária no dia seguinte, quinta-feira, 14 de janeiro, alertando para a contingência de tudo o que viesse a ser planeado sobre os trabalhos futuros da Comissão. Ainda assim, indicou que o GP do PSD dera entrada, já depois de a Ordem de Trabalhos estar consolidada, de um requerimento sobre a situação dos trabalhadores da refinaria da GALP em Matosinhos, solicitando a audição simultânea da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) e do senhor Ministro da Economia e da Transição Digital, em conjunto com a 6.ª Comissão, devendo deliberar-se previamente sobre a sua admissibilidade já nesta reunião.

A este propósito, e antes de se ausentar para precisamente participar na audição do Conselho de Administração da GALP que decorria na 11.ª Comissão, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) referiu que o seu Grupo Parlamentar também apresentara na 6.ª Comissão um requerimento que previa uma audição conjunta com a CTSS, tendo entretanto recebido a informação que fora demandado o adiamento dessa discussão. De todo o modo, não deixou de manifestar a sua concordância com o requerido pelo GP do PSD, antecipando uma opção que envolvesse a 6.ª, 10.ª e 11.ª Comissões. Por outro lado, defendeu que a Comissão reiterasse junto da Secretaria



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 55/XIV/2.<sup>a</sup> SL

de Estado dos Assuntos Parlamentares (SEAP) o pedido de envio do relatório trimestral da Comissão de Acompanhamento, Monitorização e Avaliação do Estatuto do Cuidador Informal (ECI), já que no seu entender não se compreendia a demora na concretização do solicitado, tendo o Senhor Presidente confirmado que se diligenciaria novamente nesse sentido, acrescentando que o adiamento na 6.<sup>a</sup> Comissão não impedia que a CTSS decidisse desde já sobre o requerido sobre a GALP.

Deste modo, não se verificando nenhuma oposição, o Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Deputada Carla Barros (PSD), que assinalou que a posição do GP do PSD já ficara bem patente no debate realizado na manhã desse mesmo dia. Assim, o seu Grupo Parlamentar entendia que, face ao impacto económico e social da refinaria no concelho de Matosinhos, na região Norte e em todo o país, era importante aferir o grau de intervenção do Governo nesta tomada de decisão. Acrescia que, apesar de se tratar de uma empresa privada, o Estado não deixava de ser um acionista de referência, pronunciando-se os membros do Governo aqui e ali sobre este encerramento. Mais classificou como nefastas as consequências desta decisão, quer direta e indiretamente para os trabalhadores, quer para as empresas e negócios que gravitavam em torno da empresa e que dela dependiam para sobreviver. Sem prescindir, reputou como pouco esclarecedora a informação revelada até agora, destacando ainda a falta de diálogo sobre o futuro das instalações. Finalizou apelando à aprovação consensual do requerimento.

Com efeito, o requerimento foi aprovado de forma unânime pelos presentes, registando-se a ausência do GP do PCP.

O Senhor Presidente concluiu que esta deliberação seria transmitida à 6.<sup>a</sup> Comissão, ficando a CTSS a aguardar a sua resposta sobre esta matéria, tendo em vista o agendamento conjunto da audição requerida.

II) O Senhor Presidente lembrou que, no âmbito da discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 63/XIV/2.<sup>a</sup> (GOV) - «Procede à suspensão excecional de prazos associados à sobrevivência e caducidade de convenção coletiva de trabalho», e de acordo com o calendário preconizado pelo GP do PS que não



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 55/XIV/2.<sup>a</sup> SL

mereceu oposição, o prazo de apresentação de propostas de alteração terminaria na sexta-feira, dia 15, estando a votação prevista para a reunião da CTSS de quarta-feira, 20 de janeiro.

III) Ainda no que concerne a agendamentos para a semana seguinte, o Senhor Presidente recordou de igual modo que, salvo algum impedimento, a audiência com a Comissão Nacional de Trabalhadores do Novo Banco, em conjunto com a Comissão de Orçamento e Finanças, também decorreria na quarta-feira, 20 de janeiro, por videoconferência.

IV) Já quanto à Audição Pública dedicada ao Estatuto do Cuidador Informal, exclusivamente por videoconferência, informou que se tentaria o seu adiamento para terça-feira, 26 de janeiro, caso as regras sanitárias em vigor o permitissem, devendo ainda decidir-se sobre a distribuição da moderação dos painéis.

V) No que toca à Conferência Interparlamentar conjunta com a Comissão de Saúde, no âmbito da Dimensão Parlamentar da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (AR-PPUE), agendada para 13 de abril de 2021, e subordinada ao tema: «Covid-19: impacto na saúde e efeitos sociais», o Senhor Presidente deu nota que se havia consensualizado o seguinte modelo: três painéis, dedicados respetivamente aos aspetos de saúde, sociais e um último misto de síntese. A este respeito, leu as sugestões apresentadas pela 9.<sup>a</sup> Comissão para este terceiro painel, sugerindo que as propostas temáticas circulassem por todos os Coordenadores, a fim de obter a sua pronúncia urgente, se possível até ao final da semana em curso, sobre as propostas de tema para o terceiro painel e bem assim de definir as áreas a abordar no segundo painel, exclusivamente atribuído à CTSS.

VI) De seguida, invocando o isolamento profilático da Senhora MTSSS, o Senhor Presidente indicou que a SEAP solicitara que a audiência regimental então prevista para às 10h de dia 22 de janeiro, sexta-feira, pudesse decorrer em formato de videoconferência, opinando que esta seria a solução possível nestas circunstâncias, apesar de compreender que não seria exatamente igual a uma audiência presencial.

## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 55/XIV/2.<sup>a</sup> SL

Tendo a Senhora Deputada Helga Correia (PSD) suscitado a prevalência das decisões a tomar na reunião da CL do dia seguinte, o Senhor Presidente reconheceu a pertinência do alerta, afirmando, porém, que caso fosse possível concretizar a audição, o formato ficava desde já decidido.

VII) Tomou então da palavra o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS), solicitando o agendamento da discussão do Projeto de Resolução n.º 841/XIV/2.<sup>a</sup> (PS) para a reunião da Comissão da semana seguinte.

Em segundo lugar, e no seguimento do requerimento do GP do PSD aprovado por unanimidade na reunião anterior, que propunha a audição, com caráter de urgência, do Senhor Presidente da Associação de Apoio Domiciliário, de Lares e Casas de Repouso de Idosos (ALI), e bem assim na 9.<sup>a</sup> e na 16.<sup>a</sup> Comissões, sugeriu que fosse igualmente ouvido neste âmbito o Senhor Presidente do Instituto da Segurança Social (ISS), o que seria também demandado nas outras duas Comissões envolvidas.

Não se verificando nenhuma oposição, o Senhor Presidente convidou o Senhor Deputado a converter o seu pedido em requerimento oral de aditamento ao pedido aprovado na última reunião, que foi aprovado unanimemente pelos presentes, registando-se a ausência dos GP do BE, do PCP e do CDS-PP, não sem que antes a Senhora Deputada Helga Correia (PSD), na qualidade de requerente originária, afirmasse que o seu Grupo Parlamentar nada tinha a opor ao solicitado.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 de janeiro de 2021

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



Pedro Roque



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 55/XIV/2.<sup>a</sup> SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Barros  
Clara Marques Mendes  
Cristina Sousa  
Eduardo Barroco de Melo  
Fernando José  
Helga Correia  
João Paulo Pedrosa  
João Pinho de Almeida  
José Moura Soeiro  
Lina Lopes  
Luís Soares  
Marta Freitas  
Ofélia Ramos  
Olga Silvestre  
Pedro Roque  
Rita Borges Madeira  
Sílvia Torres  
Tiago Barbosa Ribeiro  
Carla Madureira  
Cristina Mendes da Silva  
Eduardo Teixeira  
Emília Cerqueira  
Fernanda Velez  
Firmino Marques  
Francisco Pereira Oliveira  
Lúcia Araújo Silva  
Mara Coelho  
Maria Joaquina Matos  
Sandra Pereira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Maria Germana Rocha

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Diana Ferreira  
Isabel Pires  
Nuno Sá